

de dólares, em 1971. O balanço de pagamentos, que nos deixara, em 1966, o reduzidíssimo saldo de 54 milhões de dólares, entrou a apresentar resultados negativos crescentes: 237 milhões de dólares, em 1967; 508, em 1968; 281, em 1969; 562, em 1970; para chegar ao inexcedido nível de 1.290 milhões, em 1971, marco histórico. As remessas confessadas, para amortização de empréstimos no exterior, evoluíram, sempre em crescendo, de 304 milhões de dólares, em 1965, para 350 milhões, em 1966; 444 milhões, em 1967; 484 milhões, em 1968; 533 milhões, em 1969; 649 milhões, em 1970; 860 milhões, em 1971. Se o comércio brasileiro apresentar uma exportação na casa dos 3 bilhões de dólares, um terço de seu valor será destinado, provavelmente, em estimativa modesta, à amortização de dívidas externas. Sem contar a balança comercial, isto é, na hipótese de que ela nos deixe saldo. Mas é evidente que tal saldo não será de molde a permitir a amortização da dívida, na proporção prevista. Esse gigantesco processo de endividamento, o maior da história brasileira, define também o “modelo brasileiro de desenvolvimento”.¹⁶³

A dívida externa brasileira evoluiu de US\$ 3.071,0 milhões, em 1960, para US\$ 5.295,2 milhões, em 1970, com expansão da ordem de 72,4%, com maior aceleração a partir de 1968, isto é, a partir do Ato Institucional nº 5. Em fins de 1971, a dívida se aproximava de 7 bilhões de dólares; sua elevação provinha dos empréstimos em moeda, que passaram de US\$ 1.604,7 milhões, em dezembro de 1969, para US\$ 3.193 milhões, em

¹⁶³ A esse respeito, o ponto de vista oficial é o seguinte: “Feita a opção de acelerar o desenvolvimento com emprego das fontes externas de recursos, não se trata mais, portanto, de saber se a dívida externa do país crescerá ou não. Pela própria essência orgânica do processo, ela aumentará progressivamente. Tudo o que se pode discutir é a forma pela qual se administrará seu crescimento. Com essa finalidade, o Brasil dispõe de uma política de desenvolvimento externo. Ela é parte integrante do conjunto de políticas econômicas que visam ao desenvolvimento acelerado e sustentável, articulando-se, no que diz respeito às relações econômicas externas do país, com as políticas de estímulo à exportação e de manutenção de um nível visivelmente adequado de reservas internacionais. De dezembro de 1967 — data a partir da qual se passou a dispor de um conjunto consistente e homogêneo de informações — até setembro de 1971, a dívida externa brasileira passou de 3,3 a 6,1 bilhões de dólares. Durante essa faixa de tempo — fins de 1967 a fins de 1971 — o nível de reservas internacionais do país se eleva de 0,2 para 1,7 bilhão de dólares. O valor das exportações totais vai de 1,6 bilhão (1967) para 2,9 bilhões (1971), sendo que o de produtos manufaturados se expande de cerca de 150 milhões para mais de 600 milhões de dólares”. (Paulo H. Pereira Lira: “Endividamento externo e desenvolvimento”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 31 de março de 1972). O problema do endividamento externo não está ligado apenas ao das exportações, como quer fazer crer o articulista. Está ligado, também, e não só a isso, ao valor da moeda nacional, isto é, ao problema de câmbio: em moeda brasileira, o endividamento cresce com a desvalorização do cruzeiro, evidentemente. E, a tal propósito, é interessante esta notícia: “O Brasil ocupa o terceiro lugar como o País que teve maior desvalorização da moeda, no período de maio de 1969 a maio de 1970. Segundo o último relatório do Fundo Monetário Internacional, a moeda brasileira sofreu uma desvalorização de 22%, logo abaixo do escudo chileno e da moeda do Vietnã do Sul, em primeiro lugar, com uma queda de 41%”. (“Brasil em 3º lugar na desvalorização da moeda”, in *Correio da Manhã*, Rio, 29 de novembro de 1970).